COMEÇANDO COM O PÉ ESQUERDO

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP)

CONTRARIANDO O que muitos economistas esperavam, o novo governo, até o momento, não se mostrou nem um pouco disposto a ser responsável do ponto de vista fiscal. Ao invés disso, desde o encerramento das eleições, o novo governo tem demonstrado claramente o interesse em ampliar despesas acima do teto constitucional.

Para tanto, colocou-se em tramitação, nos últimos meses do ano passado, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) – que foi aprovada em dezembro – e se ampliaram os gastos em R$ 145 bilhões acima do teto para financiar o Bolsa Família de R$ 600, os R$ 150 adicionais para cada criança de até 6 anos de idade, o aumento do salário mínimo e o aumento salarial dos servidores do Executivo. Esse aumento de gastos não fica sujeito à "regra de ouro" que impede que o governo emita títulos para financiar despesas correntes e, também, não entra no cálculo do resultado primário.

Outra mudança que a PEC trouxe foi a necessidade de o novo governo ter de aprovar por Lei Complementar um novo arcabouço fiscal em substituição ao teto constitucional de gastos, criado em 2016.

Essas ações sinalizam o que deve ser a tônica do governo no campo fiscal daqui para frente. Claramente, uma agenda de ajuste fiscal via controle de gastos não será, de forma alguma, levada adiante. Desta forma, não se deve esperar que uma reforma administrativa, com vistas a aumentar a eficiência do Estado e diminuir gastos públicos, esteja no horizonte do governo nos próximos quatro anos.

Em vez disso, o que já ficou claro a partir dos primeiros movimentos ensaiados no final do ano passado é a que a dinâmica será pautada por um aumento recorrente de gastos públicos e um aumento do tamanho do Estado na economia.

O "pulo do gato" que viabilizará essa mudança será dado pelo fim do teto constitucional de gastos, que deverá ser substituído por algum outro arcabouço fiscal. Entre os candidatos, as maiores apostas recaem em alguma forma de meta sobre a dívida pública ou de resultado primário (que é menos provável ante o seu desgaste anterior).

De qualquer forma, o fim do teto de gastos representou um grande retrocesso institucional do País do ponto de vista fiscal, uma vez que o dispositivo impunha limites claros à dimensão do tamanho do Estado na economia brasileira. A sua substituição por algum arcabouço ligado à dimensão da dívida pública ou do resultado primário abre um espaço para que os gastos sejam ampliados (da forma como já está ocorrendo).

O cumprimento da meta no novo arcabouço ante o aumento das despesas será efetivado, obviamente, por meio de um aumento da carga tributária (um expediente que foi utilizado anteriormente, durante o primeiro mandato do governo Lula).

Em outras palavras, o aumento de gastos que o novo governo está promovendo será financiado, em grande medida, por aumentos de impostos e de contribuições, que deverão ocorrer ao longo dos próximos meses. Isso já ficou evidente no momento em que a sua orientação foi de que a isenção dos tributos federais não fosse mantida em 2023. O efeito em termos de arrecadação é de mais de R$ 50 bilhões neste ano, o que já contribui para pagar uma parte da despesa gerada pela PEC da Transição.

No entanto, o fim dessas isenções tem um impacto inflacionário que pode chegar a 1% neste ano. Como esse evento ocorre no início do ano, podemos ter um cenário de inflação conturbado já nos primeiros meses de governo.

É importante ressaltar que esse impacto inflacionário retardará, também, o momento em que o Banco Central do Brasil (BCB) iniciará o ciclo de afrouxamento da política monetária. As apostas, até pouco tempo atrás, eram de que o BCB começaria a cortar os juros em meados do ano. Caso o quadro de inflação se torne mais sombrio, essas perspectivas devem ser adiadas.

De qualquer forma, não foi um bom começo para o novo governo. As esperanças de um governo responsável do ponto de vista fiscal desfizeram-se rapidamente, e o pessimismo tomou lugar de forma generalizada.

Esperemos que a realidade dos fatos force o governo a encarar de maneira pragmática as necessidades de uma gestão moderna e que seja social e economicamente responsável. ■